IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

FERIDAS (IN)VISÍVEIS: A EXPERIÊNCIA DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DESAFIOS DA RESISTÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

Eixo Temático 13 - GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: NOVAS AMEAÇAS, ENFRENTAMENTOS E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIAS

Beatriz Rodrigues Lino dos Santos [1]
Marcos Lopes de Souza [2]

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise autoetnográfica sobre as experiências de uma professora negra em uma escola do interior baiano, evidenciando a perpetuação de discursos racistas, sexistas e lgbttqiapn+fóbicos entre colegas de profissão. Nas vivências da primeira autora, já ouviu de colegas docentes alegando que mães de estudantes são estupradas por conta de suas vestimentas; que homens brancos precisam casar-se com mulheres brancas e homens negros com mulheres negras para não acontecer a mistura das raças, ou ainda quando recomendam para a família de um aluno que o levem ao médico, para tomar hormônio masculino, já que está muito afeminado. Nas análises dessas situações, este artigo corrobora para pensar epistemologicamente com a problematização da descredibilização da mulher negra nos espaços de poder e saber, reivindicando o direito à voz enquanto professora negra.

Palavras-chave: Mulher negra; Racismo; Professora da Educação infantil; Resistência.

NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UMA PROFESSORA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Esse artigo transborda a resistência da primeira autora, uma professora negra na educação infantil de uma escola pública no interior da Bahia, no Brasil, instituição educativa que, como as outras, está inserida sobre bases coloniais, racistas e patriarcais.

[1] Pedagoga; Mestre e Doutoranda em Educação Científica e Formação de Professores pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB. Docente da Faculdade Espírito Santo - FAES e da Rede Municipal de Educação de Eunápolis. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gêneros, Sexualidades e Relações Étnico-raciais (ACUENDAÇÕES). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Eunápolis, Bahia, Brasil, pedagoga.beatriz@gmail.com;
[2] Professor Pleno do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. marcos.lopes@uesb.edu.br;

A presença desta professora enquanto mulher negra não é apenas uma ocupação profissional, mas um potente ato de resistência e subversão. Aliás, toda e qualquer mulher negra que se coloca neste lugar, subverte a "ordem" que nos é imposta durante tanto tempo.

Esta escrita parte de um lugar de empoderamento e coragem, pois é preciso se libertar das amarras coloniais. Ao escrever, liberto-me e, ao libertar-me, estou possibilitando um olhar sobre essa violência que existe, entretanto não pode resistir.

Destaco que, ao escrever, ao mesmo tempo que é libertador é também doloroso, pois mexer na ferida não é confortável. Ao dissertar, compreendo que me tornei negra ao constatar essas violências e, ao resgatar essas histórias, percebo como fui/sou violentada no espaço que hoje é de trabalho, mas já foi o lugar do processo de aprendizagem, ou seja, eu já fui uma criança/aluna negra, dessa forma, consigo enxergar em muitas alunas, muito de mim. Durante minha vida, "eu tinha racionalizado o mundo e o mundo tinha me rejeitado em nome do preconceito de cor" (Fanon, 2008, p. 113). Com o tempo passei a compreender que o racismo sangra, fere, paralisa e, por isso, mesmo enquanto docente, me tornei uma mulher negra oprimida, deixava passar "desapercebido" o racismo e as outras violências que enfrentava no espaço educacional no qual sou professora.

Assim, este trabalho busca analisar a autoetnográfica sobre as experiências de uma professora negra em uma escola do interior baiano e de como essa professora negra muitas vezes é descredibilizada em seu ambiente de trabalho, sendo necessário a reivindicação e resistência de lutar pelo direito a voz, contestando o silenciamento e defendendo a urgência de transformações estruturais na educação.

Destaco que, nesta escrita, me ancorarei em cientistas, pesquisadoras e ativistas negras como Angela Davis, Sueli Carneiro, bell hooks, Grada Kilomba, Lélia Gonzales, Nilma Lino Gomes dentre outras(os) que surgirão durante este processo pois teorizam sobre mulheres negras.

O CAMINHO PARA A AUTOETNOGRAFIA

Adotar a autoetnografia como percurso metodológico foi um ato de resistência, pois compreendo que investigar a partir de mim, enquanto mulher negra, é também um

ato político, epistemológico e de luta. A autoetnografia possibilita a articulação entre a experiência individual e as estruturas sociais que produzem as opressões, especialmente as interseções entre raça, gênero e classe.

A escolha pela autoetnografia como método de investigação não se dá de forma despretensiosa. Conforme aponta bell hooks (1994), a escrita que parte da própria experiência não é meramente confessional, mas uma prática de ruptura e de construção de uma pedagogia da liberdade, que desafia as estruturas opressoras da educação. Escrever a própria trajetória enquanto mulher negra e professora é, portanto, inscrever-me no espaço acadêmico e social como sujeito de conhecimento, quebrando as amarras do silêncio imposto historicamente aos nossos corpos negros.

Grada Kilomba (2019) reforça que o conhecimento produzido pelos corpos negros, sobretudo pelas mulheres negras, é sistematicamente deslegitimado na academia ocidental. Para a autora, a escrita de si é um caminho para subverter a lógica colonial, rompendo com os silenciamentos impostos e recolocando a subjetividade negra no centro da produção de saber.

Assim sendo, não existe neutralidade ao escolher a autoetnografia, como sabiamente Angela Davis (2016) nos ajuda a entender de que as opressões são estruturais, que a análise das experiências pessoais deve estar intrinsecamente conectada à crítica das estruturas sociais, econômicas e políticas e que a luta das mulheres negras, quando articulada às suas vivências, tem o poder de abalar as bases da sociedade.

Nesse sentido, dialogamos também com Nilma Lino Gomes (2017) e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2005), que defendem uma educação antirracista e decolonial, na qual os saberes construídos pelas populações negras sejam reconhecidos, valorizados e legitimados como epistemologias fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, uma escola mais equitativa. Saliento que a referida escola está localizada em um bairro de periferia, e que as/os seus/suas alunas/os são, em sua maioria, crianças negras e de baixa renda.

É por isso que a metodologia autoetnográfica aqui adotada se constrói a partir das minhas vivências neste ambiente escolar, e de como essas vivências têm interferência no modo o qual eu consigo ser e estar no mundo, e de como ao viver as violências também

percebo as violências que meus/minhas alunas/os vivem. É válido destacar, que todas essas experiências sempre foram dialogadas com meu orientador, o segundo autor desse texto, o qual sempre me fez refletir sobre as diversas situações de enfrentamento ao racismo, sexismo e de como essas interações no cotidiano pedagógico acontecem. O dialogo com o professor Marcos Lopes de Souza sempre foi como um bálsamo e sempre me sustentou a não desistir da docência. A perpetuação de discursos racistas, sexistas e lgbttqiapn+fóbicos entre as colegas de profissão sempre me levavam ao abismo, às vezes, a um silêncio ensurdecedor, mas os diálogos com meu orientador me permitiram compreender que todas essas violências simbólicas e estruturais afetam não apenas a prática docente. Mas, também a formação identitária das crianças que ali estudam e por isso que eu precisaria/preciso ser resistência, não só por mim, como por todas as crianças que adentram aquele espaço educacional.

Desta forma, a análise se dá por meio da interpretação desses registros, articulando-os com os referenciais teóricos das pensadoras negras, buscando não apenas compreender, mas também denunciar e transformar as práticas racistas, sexistas e lgbttqiapn+fóbicos presentes no contexto educacional.

FERIDAS (IN)VISÍVEIS NO ESPAÇO EDUCACIONAL

Em seus escritos, a autora e pesquisadora Lélia Gonzales já indagava algumas questões sobre o mito da democracia racial, pois esse mito acaba ocultando as violências enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil, Gonzales (1984) fala que, até aquele prezado momento, as mulheres negras são pesquisadas/investigadas como se fossem uma categoria infantil ou como se fossem objetos, pois nunca estão prontas para falar e por isso não são sujeitos. Desta forma, Lélia Gonzales afirma que “o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzales, 1984, p. 225), pois ela assume sua própria fala e é isso que buscamos aqui, apresentar os racismos e sexismos que enfrentamos e como constantemente buscamos superá-los.

De todo modo, é relevante destacar que Lélia Gonzales abriu espaço para que hoje pudéssemos estar aqui e escrever sobre nossas ciências. Assim, é necessário dizer dos

caminhos que foram sendo abertos a partir dessas lutas na/sobre a ciência, possibilitando escrever a minha história e perceber as nuances na trajetória de mulheres negras.

Enquanto docente da educação básica, sempre fui questionada por estar neste lugar, visto que assumi o concurso público municipal numa escola de educação básica quando já estava cursando o mestrado. As leituras feitas por muitas colegas é de que aquele espaço não me cabia, pois eu teria mais "jeito e/ou postura" para trabalhar no ensino superior. Uma das colegas me fez diversos questionamentos, querendo saber como consegui entrar em um programa de pós-graduação *stricto sensu* e qual era o valor da mensalidade do mestrado. Como se a educação pública não fosse para todas/os e não estivesse disponível para mim, de certo modo, querendo invalidar a minha diplomação.

Sempre questionei essas falas, no sentido de tentar entender, mas afinal quem deve ou é autorizado(a) a trabalhar na educação básica e cursar mestrado e doutorado? Demorei para compreender que o meu corpo era/é um incomodo no espaço educacional, por diversas razões. Isso porque "o dispositivo de racialidade se constitui, antes de tudo, em um contrato entre brancos, fundado na cumplicidade em relação à subordinação social e/ou eliminação de negros e não brancos, em geral, seja no Brasil, seja no mundo." (Sueli Carneiro, 2023, p. 138). Assim sendo, é perceptivo perceber como o racismo estrutural opera no ambiente educacional, gerando incômodo e desconforto quando uma mulher negra é professora da educação básica e pesquisadora.

Em muitas conversas informais na sala de professoras, já presenciei muitas violências, em que, na maioria das vezes, me mantive silenciada. A sensação que tinha é de que a minha voz ecoaria sozinha e, por isso, nas maiorias das vezes, escolhia o silêncio. Certo dia, uma colega nos relatou acreditar ser necessário que homens brancos precisariam casar-se com mulheres brancas e homens negros com mulheres negras para não acontecer a mistura das raças. Lembro como aquele dia fiquei perplexa e apavorada e de como fiquei impactada ao ponto de me silenciar. Utilizei naquele instante a máscara do silêncio que por diversos anos nos fora imposta ou de certo modo ainda o é? O que mais me chocou foi como as outras pessoas que ali estavam silenciaram, como se aquele posicionamento fosse o correto. É importante compreender como "pessoas negras estão excluídas das maiorias das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de

uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos" (Grada Kilomba, 2019, p. 77). Fiquei muito tempo me questionando se aquela fala também fazia sentido ao meu lugar, por ter naquele espaço majoritariamente mulheres brancas. Ali então não era/é o meu lugar?

Entretanto existem situações que transbordam o silêncio, é como se fôssemos obrigadas a nos colocar, ou, se assim não o for, isso nos fere ainda mais. É necessário dizer que as situações que nos tocam não precisam ser só sobre minha existência, mas sobre a existência de todos/todas corpos/as negras/os violentados/as e violados/as constantemente. Certa feita, estávamos conversando e uma referida mãe de um aluno foi até a escola. Assim que ela saiu, uma das professoras afirmou que muitas das mães de estudantes daquele bairro são estupradas por culpa delas mesmas, já que vestem roupas lidas como provocativas ou inapropriadas.

Uma fala tão agressiva me faz perceber como o racismo e o sexismo afeta-nos e como essas agressões nos ferem duplamente, ainda mais vindo de outras mulheres, que não conseguem construir uma sororidade.

> O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (Lélia Gonzalez, 1984, p. 224).

Afinal, como uma mulher se sente autorizada a falar de outra dessa maneira? Então precisamos usar quais vestimentas para sermos respeitadas? Nesse momento não paralisei, ao contrário, indaguei, questionei e trouxe algumas problematizações para serem pensadas, porém outra colega me retirou daquele espaço físico, me desautorizando a falar e de certo modo, fortalecendo o racismo. Fiquei refletindo se o fato de questionar a outra professora era impróprio, mas na verdade quem foi imprópria? Por que desvelar a branquitude incomoda tanto?

RESISTÊNCIAS E RETICÊNCIAS...

Um texto como esse não tem pretensão de ser finalizado, por isso é relevante dizer que o racismo é violentamente cotidiano, nos fere constantemente e não nos é apresentado só a violência racista, mas "as memórias coletivas do trauma colonial" (Kilomba, 2019, p. 215). Por muito tempo, os traumas que ficaram e dizem de/sobre mim foram dominados por outros discursos e, hoje, ainda que minhas ancestrais tenham sofrido muito para chegar aqui, agradeço-as, como agradeço a todas as teóricas e filósofas que me permitem compreender por meio das dores e dos traumas, preciso seguir afirmando a professora pesquisadora que venho me formando. Pois "somos eu, somos sujeitos, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade" (Kilomba, 2019, p. 238).

A possibilidade de (re)existir e de pertencer a este lugar é que me faz ser ainda mais forte. Esse texto me possibilita ter a compreensão de que ainda estamos vivendo uma escola colonizada e que existe uma emergência em descolonizar os currículos bem como toda comunidade escolar. É emergente compreender que o lugar da pesquisadora é também no espaço que se consiga provocar novos saberes, novas reflexões e possibilitar novas práticas no sentido de respeitar a diversidade existente neste espaço. Assim sendo, trago reticências para esse texto, no intuito de pensá-lo como um lugar de ser resistência sempre em busca da transformação social.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz. Educação das relações étnico-raciais: reflexões e diretrizes para a ação pedagógica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, n. 28, p. 145-155, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.